



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 525/2025-ADVOSF
Processo nº 00200.010472/2025-81

*Minuta de Edital de Pregão Eletrônico.
Menor Preço por item. Contratação de
empresa para prestação de serviço
especializado de locação de painéis de
LED modulares, incluindo montagem,
desmontagem e suporte técnico sob
demanda para eventos no Senado
Federal. Análise jurídica.
Recomendações.*

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica de minuta de edital constante do documento nº 00100.135513/2025-79, acerca da realização de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, do tipo menor preço por item, destinado à contratação de empresa para prestação de serviço especializado de locação de painéis de LED modulares, incluindo montagem, desmontagem e suporte técnico sob demanda para eventos no Senado Federal.

Além do edital supracitado, instruem os autos, entre outras peças:

- i.* Documento de Formalização de Demanda (00100.103998/2025-31);
- ii.* Estudo Técnico Preliminar (00100.096669/2025-27);
- iii.* Solicitação de Contratação (00100.104000/2025-16);
- iv.* Planejamento Orçamentário e notícia da aprovação da





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

- contratação pelo Comitê de Contratações (00100.104001/2025-61 e 00100.104002/2025-13);
- v. Pesquisas de Preços e Planilha Estimativa de Despesas (00100.113886/2025-99 e 00100.113983/2025-81);
 - vi. Ratificação da pesquisa de preços pela COCVAP (00100.122386/2025-48);
 - vii. Análise originária da COPEL (00100.133455/2025-49);
 - viii. Termo de Referência Definitivo (00100.134365/2025-75);

Em sua análise preliminar (documento nº 00100.133455/2025-49), a Coordenação de Processamento Externo de Licitações (COPEL) teceu algumas recomendações, notadamente concernentes às exigências de capacidade técnica dos licitantes, com vistas a evitar restrições à competitividade no certame pretendido.

Recebidos os autos, a Secretaria TV Senado, através do NUP 00100.134371/2025-22 acatou as sugestões da COPEL e incluiu justificativa para exigência de tipologia específica de serviço como critério de qualificação técnica.

O feito, assim instruído, vem ao exame desta Advocacia, para que este órgão jurídico-consultivo realize o exame da regularidade jurídica da licitação proposta, em atendimento ao que determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, bem assim o art. 22 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

II – ANÁLISE

1. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

53, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784/1999.

Feita a ressalva, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

1.1. Quanto ao **diploma legal** que rege a presente análise, consta da minuta referência à Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata. No âmbito do Senado Federal, foi editado o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, dispondo acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito do Senado Federal, adequando-se a regulamentação interna ao disposto na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021).

Com esse introito, passa-se ao exame do preenchimento dos requisitos necessários à regularidade da minuta de edital da licitação pretendida, na forma do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

2. Do Objeto:

2.1. A princípio, destaca-se que o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (artigo 6º, XLI, Lei nº 14.133/2021)¹.

Ao caso em questão, a presente análise irá se debruçar sobre a contratação pelo critério de menor preço. Nessa toada, a Lei nº 14.133/2021 estabelece:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XIII - **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

[grifou-se]

De tal modo, o significado da expressão “*bens e serviços comuns*” compõe-se de dois elementos: (a) padrão de desempenho e de qualidade do bem ou serviço objetivamente definido pelo edital; e (b) definição por meio de especificações usuais no mercado.

¹ Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

2.2. A licitação em testilha objetiva a contratação de empresa para a prestação de serviço especializado de locação de painéis de LED modulares, incluindo montagem, desmontagem e suporte técnico sob demanda para eventos no Senado Federal.

Quanto à caracterização do objeto como comum e usual, no caso em apreço a SECOM informou no item 2.2.1. do Termo de Referência (doc. nº 00100.134365/2025-75) ao discorrer sobre a modalidade de licitação:

“Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.”

Nessa ordem de ideias, é relevante reconhecer que a avaliação de quão usuais no mercado são as especificações de determinado bem ou serviço dependem de uma avaliação subjetiva dos agentes administrativos, o que dependerá de suas experiências, vivências e atividades.

Como norte interpretativo para o enquadramento de determinados bens como comuns, sugere a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr avaliar o quão usual o bem ou serviço é no mercado².

Nesse sentido, afirma o autor que:

² NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo* – 5. ed. – Belo Horizonte: Fórum, páginas 567-568.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

O mercado diz respeito a tudo que é posto à disposição dos consumidores. Porém, não existe um único mercado. Os mercados variam de acordo com o lugar, com a natureza das atividades ou dos bens nele comercializados e em razão de outros fatores. E a questão é que determinado bem ou serviço pode ser usual em dado mercado e não ser noutro. Agrega-se que quem avalia se bem ou serviço é usual ou não no mercado ou em mercado específico são os agentes administrativos, que o farão de conformidade com as suas experiências, suas vivências e suas atividades.

[...]

Nesse espaço de imprecisão deve prevalecer a decisão do agente administrativo, que, não se pode supor o contrário, quer o melhor para o interesse público. Até mesmo em decorrência da presunção de legitimidade dos atos administrativos, é imperativo que, nessas situações que admitem grau de subjetividade, a escolha dos agentes administrativos presuma-se correta. (destaques acrescentados)

Ademais, é cediço que os bens e serviços que se pretende contratar são ínsitos às atividades regulares desta Casa Legislativa, eis que os bens almejados são utilizados na prática rotineira no âmbito da Secretaria TV Senado e na Secretaria de Relações Públicas desta Casa. Logo, é forçoso se concluir pela caracterização dos bens como comuns e usuais no caso em apreço.

Outrossim, em que pese a justificativa supramencionada constante do Termo de Referência, quanto à adoção da modalidade pregão para a licitação, revelar-se um tanto vaga — sendo, inclusive, prática reiterada desta Advocacia recomendar o aprofundamento dessa análise, o que ora se reitera —, é certo que o Anexos 1 do termo de referência (doc. nº 00100.134365/2025-75) apresenta descrição completa das especificações técnicas dos itens a serem contratados, evidenciando tratar-se de bens comuns, cujos





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

padrões técnicos de qualidade se encontram claramente disciplinados neste quadrante.

Vê-se, portanto, que a escolha do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação foi adequada, pois o objeto a ser contratado foi qualificado como comum pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 27 do ADG nº 14/2022).

2.3. No caso, verifica-se que não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) no presente caso, conforme item 2.3.1. do TR, visto que se trata de demanda previsível e o objeto se refere a eventos com exigências técnicas variáveis e personalizadas.

Conforme cediço, o procedimento do sistema de registro de preços é de adoção facultativa para as contratações públicas, conforme preconiza o artigo 82, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

(...)

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições: (grifou-se)

No mais, o pregão segue o rito do procedimento comum previsto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021. Por ora, destaca-se o § 2º do art. 17, que estabelece a adoção preferencial da licitação sob a forma eletrônica.

3. Documentos necessários ao processo da contratação:

3.1. De acordo com o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 16, § 1º, do ADG nº 14/2022, a Administração Pública deverá





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) documento para formalização da demanda;
- b) estudo técnico preliminar;
- c) mapa(s) de risco;
- d) termo de referência.

Dito isso, percebe-se que os documentos foram juntados aos autos, conforme nºs 00100.103998/2025-31, 00100.096669/2025-27 e 00100.134365/2025-75, **com exceção do Mapa de Riscos**.

Embora sejam documentos de natureza essencialmente técnica, cabíveis algumas observações a título de orientação jurídica. Isso porque, conforme leciona a doutrina, a Lei nº 14.133/2021, conforme o seu artigo 53, não exige apenas a apreciação do edital e dos documentos que lhe são anexos. Passa-se a exigir, expressamente, a avaliação de todo o processo licitatório, logo a revisão jurídica de todos os atos praticados na etapa preparatória³.

3.2. O artigo 9º, § 2º, do ADG nº 14/2022, apenas exige em seu inciso VII que a solicitação de contratação esteja acompanhada da versão preliminar do Mapa de Riscos. No processo ora analisado verifica-se que há apenas observações ao final do Documento de Formalização de Demanda (NUP 00100.103998/2025-31) quanto aos

³ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo* – 5. ed. – Belo Horizonte: Fórum, página 495.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

riscos de não contratar, de contratar parcialmente, de não receber os objetos no prazo desejado e ações de contingência caso algum dos riscos se concretize, elementos que se aproximam de uma versão preliminar de mapa de riscos.

Recomenda-se avaliar a necessidade de atualização do documento com as informações levantadas no curso do planejamento da contratação em tela, mormente quanto aos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, em cumprimento ao inciso X, do art. 18, da Lei nº 14.133/21 c/c art. 15, ADG nº 14/22, ou apresentar justificativa para sua desnecessidade, consoante reiteradas recomendações desta Advocacia.

Quanto aos aspectos formais exigidos para a regularidade do procedimento, observa-se não ter havido, ainda, a aprovação do Termo de Referência (doc. nº 00100.134365/2025-75), do Estudo Técnico Preliminar (NUP 00100.096669/2025-27) e do procedimento licitatório, incumbindo tais deliberações à DGER, em atendimento ao disposto no artigo 24 do ADG nº 14/2022 e no artigo 9º, incisos IV e V, Anexo V do RASF:

Art. 24. Os autos deverão ser encaminhados à Diretoria-Geral para aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico previamente à seleção do fornecedor.

Art. 9º No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral:

(...)

IV – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

demais avenças das contratações do Senado Federal;

V - autorizar, homologar, anular e revogar procedimentos de licitação e de contratação direta, ressalvada a competência do Primeiro-Secretário, estabelecida no art. 7º deste Anexo;

3.3. Com relação ao conteúdo do Termo de Referência, verifica-se a justificativa da necessidade da contratação constante do item 1.2. do TR, em atendimento ao estabelecido no artigo 18, I, da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;”

O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021).





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Nota-se ainda que, embora indicado o setor responsável pela gestão do futuro ajuste no item 5. do TR, carece a **designação formal dos gestores** pela Diretoria-Geral do Senado Federal, nos moldes do artigo 9º, IX, do Anexo V do RASF.

Trata-se de questão técnica e meritória a ser submetida ao exame e deliberação da autoridade competente para aprovação do TR e para a autorização de realização da licitação.

Concernente ao regime de execução, a presente contratação adotará o caderno de especificações técnicas constante do Anexo I ao Termo de Referência. Logo, verifica-se que o TR descreve de maneira exaustiva o modo de cumprimento das contratações objetivadas.

Por outro lado, o TR atende à determinação contida na alínea “i” do inciso XXIII do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021, no ponto em que exige que o termo de referência também aponte as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que constam de documento separado e classificado (Anexo II ao TR).

4. Da pesquisa de preços e da estimativa de despesa:

4.1. Em relação à **pesquisa de preços**, consolidada na Planilha Estimativa de Despesas (documentos nºs 00100.113886/2025-99 e 00100.113983/2025-81), o órgão técnico apresentou justificativas para diversos pontos a ela relacionados (doc. nº 00100.113989/2025-59).





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

O artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 prescreve as regras sobre como alcançar o orçamento estimado, ou seja, como realizar pesquisa de preços cujo resultado é o orçamento estimado pela Administração Pública.

O OT informou que encaminhou *e-mail* com Pesquisa de Preços para 15 (quinze) empresas. Foram consideradas cotações contidas em propostas de 3 (três) empresas.

Quanto aos preços públicos:

“Ao consultar o Painel para Consulta de Preços disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), foi encontrada apenas uma contratação similar de outro ente público, a saber, o Contrato n.º 08/2025 firmado entre a Secretaria de Atendimento à Comunidade – SEAC/DF do Governo do Distrito Federal e a empresa Patrick Trintinaglia Motta ME (Grupo Produsom), cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviço de locação de painel de LED 4x2 indoor para uso em diversos eventos da Secretaria ao longo do ano de 2025, incluindo transporte, montagem e operador técnico.

2.3. O objeto apresenta similaridade com o modelo de contratação pretendido pelo Senado; no entanto, não foi possível identificar, na especificação do painel, o pitch real (dot pitch) da resolução. Essa informação é essencial para determinar se o valor de R\$ 275,00 por metro quadrado se refere a um painel P2 ou P3. Diante disso, o valor não foi considerado no Mapa Comparativo de Preços.

No que tange às contratações anteriores do Senado Federal, há o Contrato nº 56/2024 firmado com a empresa Arlete Montagens de Feiras e Evento Ltda., cujo objeto é a prestação de serviço de soluções em estandes e eventos, com objetivo de viabilizar a participação do Senado Federal exclusivamente em eventos literários em diversos locais do território nacional, sob demanda.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Ao analisar a tabela de itens, o OT identificou que

“o item 17, referente à locação e instalação de módulos de painéis de LED integrados ao estande. No entanto, o item não apresenta especificações adicionais que permitam uma comparação com as necessidades desta contratação, nem mesmo no Estudo Técnico Preliminar apresentado. O item apresenta custo de R\$ 500,00 por m²/dia; entretanto, não é possível determinar se o valor se refere a um painel P1, P2 ou P3, os quais possuem diferenças significativas de preço em função de sua resolução.”

Em conclusão, a SECOM considerou:

4.1. Após análise de dados estatísticos das cotações obtidas da Planilha de Estimativas de Despesas, verificou-se que o valor do coeficiente de variação ficou em 47% (quarenta e sete por cento) para o item 1 e 27% (vinte e sete por cento) para o item 2, ambos acima do que é recomendado no Art. 5º § 2º do Anexo VI no ADG 14/2022, evidenciando assim a discrepância das cotações, em especial para o item 1. Essa variação se justifica pelas especificações técnicas do painel de LED do item 1, que se trata de um equipamento mais caro e relativamente mais escasso no mercado de locação, em razão do seu alto custo e das dificuldades logísticas associadas à sua fragilidade.

4.2. Com o intuito de tornar a Pesquisa de Preços mais realista para esta contratação, não utilizamos amostras de empresas que não forneciam o item 1, apenas consideramos cotações de fornecedores que possuem os dois tipos de painéis, mantendo o mínimo de três amostras para cada item.

4.3. Por fim, destaca-se que foi utilizado o método da mediana para cálculo do valor estimado. Diante das justificativas apresentadas, esse Órgão Técnico acredita ter demonstrado sua diligência nas buscas para compor a presente Pesquisa de Preços.

As justificativas apresentadas acima foram referendadas pelo titular da Secretaria do órgão, conforme determina o parágrafo único do art. 7º do Capítulo II - Anexo VI do ADG n. 14/2022.

Assim como, a COCVAP ratificou os procedimentos adotados pelo órgão técnico, conforme documento nº





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

00100.122386/2025-48.

Caberá à autoridade competente apreciar as justificativas apresentadas pelo órgão técnico na oportunidade da deliberação acerca do Termo de Referência, conforme estabelecido pelo artigo 9º do Anexo VI ao ADG nº 14/2022.

5. Análise do instrumento convocatório:

5.1. Em relação ao **instrumento convocatório** (doc. nº 00100.135513/2025-79), primeiramente, no tocante ao critério de adjudicação proposto, adotou-se o menor preço por item, consoante o item 8.1. da minuta editalícia.

O critério do menor preço é o que se amolda à modalidade licitação denominada pregão, e o que melhor se adequa ao modelo da contratação pretendida, assim como é o que gera possibilidade de maior vantajosidade para a Administração.

Cabe pontuar que, em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Dito isso, verifica-se que o critério de adjudicação do menor





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

preço por item observa as pertinentes disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca do parcelamento ou não do objeto:

“Lei nº 14.133/2021:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

.....

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

.....

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Portanto, irretocável, do ponto de vista estritamente jurídico que cabe a esta Advocacia, o critério de adjudicação adotado para o caso ora tratado.

5.2. Por outro bordo, no que tange **ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte**, a verifica-se que o item 2.8.2. do TR contém a seguinte justificativa para a inaplicabilidade do tratamento diferenciado às ME e EPP:

2.8.2. Em que pese haver itens/grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00, seu objeto não é a aquisição de bens de natureza divisível, pois a execução plena do serviço demanda a atuação coordenada de diversas etapas técnicas e logísticas que, se contratadas separadamente, comprometeriam a qualidade, a segurança e a eficiência da prestação. A divisão em partes autônomas como fornecimento de equipamentos, montagem, operação ou desmontagem exigiria a compatibilização de





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

múltiplos fornecedores, o que resultaria em aumento dos riscos operacionais, dificuldades de gestão contratual, além de potenciais conflitos de responsabilidade em caso de falhas.

Neste diapasão, a referida justificativa para afastar a exclusividade dos itens do certame se aproxima da hipótese de incidência do inciso III do artigo 49 da LC nº 123/2006, notadamente diante da especificidade do objeto almejado.

Incumbe à autoridade proferir **juízo de mérito** para dizer se acata a justificativa apresentada, por ocasião da análise de aprovação do TR.

5.3. Já no que pertine aos requisitos de habilitação, a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica dos licitantes (item 11.3.1. do edital, doc. nº 00100.135513/2025-79, p. 10) encontra justificativa detalhada no item 3.1.2. do Termo de Referência.

Por outro lado, a experiência exigida no edital está dentro dos limites dispostos nos parágrafos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, concernente aos requisitos de qualificação econômico-financeira, o Tribunal de Contas da União produziu a Súmula nº 289, cujos termos se harmonizam com as prescrições da Lei nº 14.133/2021:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Por outro lado, da leitura do termo de referência depreende-se que a justificativa para as exigências de qualificação econômico-





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

financeira está descrita no item 3.2.3.

5.4. De outro giro, conforme o artigo 6º, III, da Lei nº 10.522/2022: *“É obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.”*

Nessa linha, o artigo 6º-A daquele diploma normativo, incluído pela Lei nº 14.973/2024, estabelece que a existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º, constitui fator impeditivo para a realização de qualquer dos atos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º.

Logo, recomenda-se a **alteração** do item 15.2 do edital para a seguinte redação:

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e aos arts. 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

A questão foi analisada recentemente por esta Advocacia, por ocasião do Parecer nº 076/2025-ADVOSF, (processo nº 00200.021423/2024-92) ao qual remete-se a leitura.

6. Análise da Minuta Contratual:

6.1. Por fim, a minuta contratual guarda pertinência com a legislação de regência.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, recomenda-se:

- a) avaliar a necessidade de atualização dos riscos analisados por ocasião do documento de formalização da demanda, ou apresentar justificativa para sua desnecessidade, em cumprimento ao inciso X, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 15, ADG nº 14/2022;
- b) a alteração do item 15.2 da minuta de edital para que se exija consulta prévia ao CADIN para a celebração de contratos decorrentes do pregão ora examinado, em sintonia com o disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002;

Atendidas as recomendações e alcançadas as deliberações superiores, as minutas de edital e de contrato estarão aptas a regular o procedimento licitatório pretendido, sem a necessidade de retorno a esta Advocacia.

Brasília, 4 de agosto de 2025.

(assinado digitalmente)

FELIPE DO AMARAL MONTEIRO MARTINS
Advogado do Senado Federal – OAB/DF nº 78.853





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Ref. PARECER Nº 525/2025-ADVOSF
Processo nº 00200.010472/2025-81

Aprovo. Junte-se ao processo em epígrafe e encaminhe-se à SADCON para conhecimento e providências pertinentes.

Brasília, 5 de agosto de 2025.

(assinado digitalmente)

RAFAEL RODRIGUES DA CUNHA PAIVA
Advogado do Senado Federal
Revisor do Núcleo de Processos de Contratações

